

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.675 - SP  
(2018/0334907-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ANTONIO COUTO TEIXEIRA  
**ADVOGADO** : MAURIZIO COLOMBA - SP094763  
**AGRAVADO** : GENEDITE PEDROZO TODOROVIC YOKOYAMA  
**AGRAVADO** : TADATAKA YOKOYAMA  
**ADVOGADO** : BIANCA MOURA CAINELLI E OUTRO(S) - SP347264

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INTEMPESTIVIDADE DO APELO EXTREMO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. É insuficiente a simples menção aos atos normativos que supostamente suspenderam os prazos, e que determinaram a antecipação do encerramento do expediente forense no Tribunal de origem para a comprovação da tempestividade do apelo extremo.

2. No mais, a alteração das premissas fático-probatórias que subsidiaram a conclusão do acórdão recorrido quanto à inexistência de intermediação de dois negócios, tal como requerida, é inviável no recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Consoante a jurisprudência desta Corte, cabe ao juiz, com base em seu convencimento motivado, "*indeferir a produção de provas que julgar impertinentes, irrelevantes ou protelatórias para o regular andamento do processo, o que não configura, em regra, cerceamento de defesa*" (AgInt no AREsp 911.218/BA, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 16/10/2018).

4. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator